

“(...) sem as lutas de libertação africanas, não haveria 25 de Abril.”

ENTREVISTA COM JOÃO MELO

Rita Chaves

Universidade de São Paulo

orcid.org/0000-0002-1584-8659

ritachaves@usp.br

163

O famoso dia 25 de Abril de 1974 foi vivido pelo escritor angolano João Melo em Coimbra. Comprovando a imagem de divisor de águas, a Revolução dos Cravos também alterou o rumo de sua vida: ele interrompeu o curso de direito e seguiu para Luanda, animado pela ideia de participar na luta pela independência de seu país. Alimentado nas trincheiras da guerra colonial, o golpe militar derrubou a ditadura que ensombrou Portugal desde os anos de 1920, fazendo explodir um movimento popular que efetivamente transformou o país. Pôr fim a um regime autoritário significou também a possibilidade de inventar outros trilhos para a história de sua gente. A mistura de alívio e euforia estampou-se nas páginas dos jornais, sugerindo uma espécie de conversão do medo em arrojo, da tristeza em gáudio, da contenção em excesso. Sem dúvida, a esperança dava o tom daqueles dias.

Muito bem-sucedido na sua “arte de sempre durar”, como bem argumenta Fernando Rosas, Salazar não pôde imprimir essa faculdade ao regime que encarnou. Sob o comando de Marcelo Caetano, que substituiu o velho ditador em 1968, na sequência da célebre queda da cadeira, o fascismo não duraria mais que seis anos. Com o apoio entusiasmado da população, o movimento dos capitães interrompeu o ciclo de atraso e violência iniciado em 1926. Uma nova ordem irrompia, catalisando projetos identificados com a democracia e a modernização. Tais mudanças, todavia, diferentemente do que se costuma pensar, não contemplavam automaticamente o fim do colonialismo. O investimento na democratização da sociedade na metrópole não seria acompanhado de uma grande mobilização para as tarefas que uma real descolonização requeria. Segundo os africanos, ao contrário, é preciso considerar outras perspectivas e lembrar que o 25 de

Abril nasce na África. É o que, incisivamente, defende Pepetela ao ponderar sobre a justiça de certas guerras: “O governo português, já de si despótico em relação ao povo português, não aceitava sequer discutir sobre a possibilidade de independência. Os angolanos não tiveram outro recurso senão a guerra. Guerra que acabou por libertar os portugueses, hoje vivendo em democracia e progresso indesmentíveis.”

Porque indesmentível, a conquista da democracia bem mereceu a beleza dos versos de Chico Buarque a saudar a festa e a pedir “um cheirinho de alecrim” para amenizar a cinzenta atmosfera que vivíamos nós ainda sob a noite que durou 21 anos. Derrubar o fascismo foi, sem dúvida, um feito a justificar a celebração desses cinquenta anos, outro fato indesmentível. Entretanto, o período de amadurecimento do Estado democrático nos autoriza, ao mesmo tempo, a identificar algum desajuste entre o discurso mais corrente e os limites que o fato histórico também guardou. Na pauta inicial do movimento dos capitães não estava consagrada a independência das colônias, que foi conquistada pelos povos colonizados. Assim, é preciso não esquecer que o reconhecimento do direito à independência, razão da existência dos movimentos de libertação que, depois de muitos anos em combate, impuseram uma evidente derrota ao exército colonial, teve que ser negociado. A virulência dos combates, entre um exército muito armado e os guerrilheiros que se sabiam em sua própria terra, alerta para a inconsistência do mito de uma revolução pacífica. Foi bonita a festa, sim, mas não foi repentina. Para ela foi fundamental o sangue derramado de centenas de milhares de pessoas que morreram bem longe do Largo do Carmo. A marca da violência também foi selada no último ato de brutalidade da PIDE-DGS que atirou sobre os populares que tentaram ocupar a sua sede no dia 25. Compreendendo que a história se faz da pluralidade de narrativas, impõe-se a urgência de verdadeiramente ampliar o coro e incorporar muitos atores, cuja reflexão contribui para uma mais vertical compreensão do passado e do presente que nos cabe viver e analisar.

Com a revolta dos militares — com a fantástica adesão popular — irrompeu a certeza de que a História seguiria outras rotas e agora na direção do sonho. Assim se explica que, como João Melo, muitos jovens que estavam fora de suas terras não hesitaram em regressar a fim de, já no terreno, se inserir nessa etapa final da luta e atuar no processo de criação do Estado nacional em cada território reconquistado por sua população. Para ele “no caso de Angola, isso implicou, para alguns, a participação na guerra contra a dupla invasão zairense e sul-africana, a qual, como sabe, estava relacionada com a luta entre os diferentes movimentos nacionalistas pela tomada do

poder”. Em seu caso particular, a volta para Angola, no calor do momento, levou-o ao jornalismo e, durante décadas, dividiu o seu tempo entre o domínio da comunicação e a literatura, o que significa a eleição da palavra como o principal dispositivo para pensar o mundo e nele intervir. Autor de poemas, contos e um romance, João Melo é um dos escritores angolanos mais ativos no presente. A distância de algumas décadas separa *Definição*, o seu primeiro livro de poemas (de 1984) e *Exercícios e linguagem*, de 2023. *Será este livro um romance*, sua primeira narrativa longa, foi publicado em 2021. Durante esse período foram sete volumes de contos. Esses mais de vinte títulos atestam a firmeza do seu compromisso com a escrita literária.

Nos poemas reunidos em *Definição*, que integra a icônica coleção Cadernos Lavra & Oficina, da União dos Escritores Angolanos, percebe-se já o selo de uma literatura escrita “com medo e com raiva / e força e ritmo e alegria”, apontando para uma poesia “angolana ferozmente”, assinala em “Arte poética”, em cujos versos desnuda-se: “Escrevo com fogo e com terra/ Escrevo sempre como se comesse/funje com as mãos/ sobretudo quando utilizo/ garfo e faca.”

O gosto pela polêmica, bem ressaltado no prefácio de Costa Andrade, se vem reiterando ao longo dos anos e inscreve-se nos variados gêneros cultivados pelo autor, o que certamente explica a presença tão forte da ironia como uma forma de percepção da vida nos mais diversos contextos. Nos contos, desde *A imitação de Sartre e Simone de Beauvoir*, sua estreia na narrativa curta em 1998, traduzido agora em 2024 para o árabe, essa tonalidade é explorada. Com ela, tem sabido desvelar especialmente o ritmo singular do cotidiano luandense, visitando e revisitando essa cidade em suas características mais perenes e em sua impressionante capacidade de acolher o novo. Sua escrita presta, desse modo, também um tributo aos “seus mais-velhos” e contribui para a reafirmar uma tradição literária. O “nexo da causalidade interna”, reconhecido por Antonio Candido como um fenômeno que atesta a maturidade de um sistema literário, tem aqui um bom exemplo.

Homem de muitos trânsitos, João Melo parece apostar na circulação também como uma estratégia para afiar os instrumentos com que observa as geografias produzidas pelos impérios e as diversas respostas elaboradas pelos lugares incorporados nos mapas da dominação. Para além de Angola, Brasil, Estados Unidos e Portugal, espaços de vivências mais prolongadas, seu olhar se desdobra na direção dos lugares e movimentos que modulam a contemporaneidade, compondo um percurso que não se descuida da dura experiência dos errantes e deserdados que partem em busca da sobrevivência, nem do

inaceitável genocídio a que estão condenados os palestinos nessa mais recente guerra no Oriente Médio. Em um de seus últimos livros, o *Diário do medo*, aqui publicado pela editora Urutau, a nota dominante é justamente a angústia decorrente do clima asfixiante gerado pela pandemia. Em suas páginas o sentimento é manifesto em imagens que captam a indissociabilidade do individual e o coletivo nas situações de inescapável radicalidade.

Espalhada por 16 títulos de poesia, sete de contos e um romance, a escrita profícua de João Melo revela também a vitalidade da Literatura Angolana, em uma busca constante por manter o diálogo com as particularidades de uma realidade histórica que não pode ser pensada fora do mundo de que o país é parte. A partir dessa inserção na terra que é sua, o Escritor está em constante interlocução com o presente que nos toca a todos. Ao mesmo tempo, nos caminhos dessa escrita se renovam os sinais de uma necessária preocupação com o que na atividade literária é próprio da sua dimensão estética. Sua dedicação em tempo integral ao ofício de escritor tem encontrado correspondência na mais ampla circulação de suas obras. Além de Angola, Brasil e Portugal, os livros de João Melo já foram publicados em Cuba, Espanha, EUA, Itália, Reino Unido e Tunísia. Em breve, a China, a França, a Índia e a Polônia irão se somar a esse conjunto.

Esta entrevista, motivada pela sua particular percepção diante dos cinquenta anos do 25 de Abril, não se restringe aos fatos que compõem a fascinante experiência de ter vivido acontecimentos de grande impacto na história contemporânea. Nela, o autor fala sobre sua trajetória, sobre o quadro político que emoldura a Revolução dos Cravos, sobre o que resta do sistema colonial e condiciona a vida das pessoas, sobre as contradições que atravessam os nossos laços com a África. E fala também sobre a atividade literária e nos dá pistas para alguns dos projetos que o movem. Optou em muitos momentos pelas respostas curtas, registrando apenas o essencial, deixando, talvez propositalmente, ao leitor a responsabilidade de preencher algumas das lacunas que adivinhamos em certos momentos. A leitura de seus textos com certeza propiciará essa aproximação com o que está apenas indiciado.

Rita Chaves: No imaginário poético de Sophia de Melo Breyner Andresen, o dia 25 de Abril de 1974 inscreve-se na história de Portugal como o “o dia inicial inteiro e limpo”. Essa imagem encontra, certamente, correspondência na memória de uma grande parcela da população portuguesa. Na memória de um angolano, que imagem desse dia se instalou?

João Melo: O “dia inicial”, sem dúvida. Mas o dia inteiro e limpo, não, pelo menos para nós, angolanos e africanos. Nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos, não estava claro qual seria a posição das novas autoridades portuguesas em relação à independência das ex-colônias. O primeiro líder da Junta de Salvação Nacional, general Spínola, por exemplo, ainda defendia a “autodeterminação” e não a independência “total e completa”, como era nossa exigência. A possibilidade de um período de autodeterminação havia sido desperdiçada muitos anos atrás, em 1960, quando Salazar rejeitou uma proposta do MPLA nesse sentido.

R: Ao longo dessas décadas, é comum encontrarmos a recomposição desse dia entre as recordações das pessoas que o viveram, seja como militantes revolucionários, seja como quem se viu surpreendido pela grande mudança. Onde e como você viveu esse acontecimento?

J: Eu tinha 19 anos e estava em Coimbra, onde estudava Direito. Na casa onde eu vivia, junto com vários outros estudantes, africanos e portugueses, havia um estudante moçambicano cujos pais estavam em Lisboa. Foram eles que lhe telefonaram, logo pela manhã, a informar que em Lisboa estava a acontecer uma “Revolução”. A partir daí, a vida mudou para todos ou quase todos nós.

R: Você pode falar um pouco sobre essa mudança?

J: Refiro-me, em particular, às mudanças pessoais que cada um de nós sofreu. Por exemplo, a maioria dos estudantes africanos abandonou os seus cursos, preferindo regressar ao respetivo país, a fim de participar na fase final da luta pela independência (no caso de Angola, isso implicou, para alguns, a participação na guerra contra a dupla invasão zairese e sul-africana, a qual, como sabe, estava relacionada com a luta entre os diferentes movimentos nacionalistas pela tomada do poder). No meu caso particular, nunca mais retomei o curso de Direito, tendo enveredado, profissionalmente, pelo jornalismo e a comunicação.

R: Para muitas pessoas, a Revolução chega sob o signo do inesperado. Como se não houvesse grandes sinais a indicar a ruptura. Como estudante universitário, você foi também apanhado pela surpresa ou percebia indícios do que estava para vir?

J: Em geral, nós éramos muito cautelosos e apenas conversávamos sobre determinados assuntos com colegas que conhecíamos muito bem. Mas havia uma cumplicidade muito grande entre alguns de nós, que já vinha dos tempos em que estudávamos no ensino secundário, principalmente no Liceu Salvador Correia, em Luanda. Também

tínhamos algumas ligações com estudantes angolanos mais velhos, que tinham ido para Portugal antes de nós e que, conforme sabíamos, tinham alguma militância. Portanto, tínhamos uma certa informação, não só sobre a luta armada pela nossa independência, mas também do descontentamento existente no interior das Forças Armadas portuguesas. O 25 de Abril não foi para nós uma completa surpresa. A data, certamente. Mas não o facto.

R: Para além do clima de celebração pelo fim da ditadura em Portugal, os 50 anos da chamada Revolução dos Cravos estimula um balanço dos seus alcances e limites. Como um homem de imprensa e como escritor, você foi tocado pela tentação desse balanço?

J: Estou mais tentado pelo balanço dos 50 anos da independência de Angola do que da Revolução dos Cravos. Creio que não preciso de explicar porquê. Mas, obviamente, o 25 de Abril faz parte desse balanço. A minha dúvida é o formato: um livro de memórias? Um romance? A ver vamos.

R: O entusiasmo pela derrubada de um regime tão sinistro gera análises que atribuem ao 25 de Abril o fim do regime colonial. Há quem veja nas lutas de libertação dos africanos a origem do fim do salazarismo. O que você pensa dessa contraposição de perspectivas?

J: Isso é indiscutível: sem as lutas de libertação africanas, não haveria 25 de Abril. Não estou a dizer que o fascismo seria eterno, ou seja, previsivelmente haveria uma mudança política em Portugal; contudo, a mudança de regime tal como aconteceu em Portugal — um golpe de estado militar com laivos revolucionários e populares — é fruto direto das lutas dos povos das ex-colónias portuguesas pela sua independência. Os militares portugueses e a sociedade em geral estavam cansados da guerra. A pressão internacional para o fim dessa guerra também teve alguma influência.

R: Angola foi a última das ex-colônias a declarar a sua independência. Essa demora deve ser explicada prevalentemente por dificuldades criadas pela ex-metrópole ou por sérias divisões internas?

J: As duas coisas. Em primeiro lugar, Angola era a “jóia da coroa” do Império português, portanto, é natural que alguns setores minoritários da sociedade portuguesa quisessem conservar alguma coisa — não se sabe o quê — da sua relação colonial com o referido país. Em segundo lugar, as divisões internas do movimento nacionalista angolano, em parte por razões endógenas, em parte por causa da Guerra Fria, também contribuíram não só para essa demora, mas também para o que aconteceu depois.

R: Como um militante que se converteu em um “quadro sólido” do MPLA via as relações entre o governo revolucionário de Portugal e os líderes angolanos envolvidos na independência?

J: A pergunta faz-me lembrar o velho Marx: “Tudo o que sólido se desmancha no ar...” As relações entre Angola e Portugal são uma confusão até hoje, desde a maneira como ocorreu a proclamação da independência de Angola, sem a presença das autoridades portuguesas, passando pela recusa de Mário Soares, cumprindo ordens da CIA, de reconhecer o governo de Agostinho Neto, até aos negócios realizados durante a presidência de José Eduardo dos Santos e ao virtual afastamento mútuo, durante a atual presidência de João Lourenço. A explicação mais fácil é que as relações entre os dois países são relações de amor e ódio. Isso é muito simplista para o meu gosto. Para resumir com uma ideia, acho que falta não apenas uma visão descomplexada, mas sobretudo competência estratégica às lideranças dos dois países, para estabelecerem relações inovadoras e mutuamente vantajosas entre Angola e Portugal, para além dos interesses locais e das vinculações geopolíticas de cada um.

R: E sobre o papel do Brasil nesse quadro, o que você tem a dizer? Foi importante ou há uma certa mitologia à volta?

J: A ignorância mútua entre Angola e o Brasil é talvez mais confrangedora do que as dificuldades de compreensão entre Angola e Portugal, sobretudo se nos lembrarmos que a maioria da população brasileira (57%) é de origem afro-brasileira e que 80% desse contingente tem ancestrais angolanos. A maka é que quem tem o poder no Brasil são os herdeiros dos europeus e, em Angola, as elites dominantes (que vão, obviamente, além do governo) ignoram o seu passado histórico e a vocação atlântica do país, que passa decisivamente pelo Brasil, embora não se esgote nele. Assim, os políticos e os empresários brasileiros olham para Angola com o mesmo tipo de olhar dos políticos e empresários europeus e ocidentais em geral, enquanto os cidadãos afro-brasileiros mantêm uma visão romantizada acerca de Angola e dos angolanos, pensando que somos todos pais-de-santo. Quanto a nós, angolanos, desconhecendo que os nossos ancestrais ajudaram a edificar o Brasil, continuamos a pensar que esse país é apenas futebol, samba e telenovelas (agora estamos felizes, pois a Globo começa a mostrar mais protagonistas negros), ignorando uma série de áreas em que o nosso país poderia beneficiar da cooperação brasileira, como a agricultura, saúde pública, ciência, investigação, ensino superior, indústrias culturais e outras. Vou ampliar a perspetiva: uma aliança estratégica

entre o Brasil e a União Africana poderia ajudar a redesenhar a atual ordem política mundial, tornando-a mais multilateral, escapando assim do unilateralismo (sonho de consumo do eixo EUA-UE-NATO) ou do confronto entre o Ocidente Alargado e a aliança China-Rússia.

R: Retomando o complexo quadro das relações entre Angola e o Brasil, eu gostaria que você falasse um pouco mais do papel da diplomacia brasileira entre o Abril de 1974 e novembro de 1975. O reconhecimento da independência pelo governo militar brasileiro teve mesmo impacto ou foi só mais um?

J: Há que reconhecê-lo, sem complexos: teve! A independência de Angola foi proclamada em plena Guerra Fria e, nesse quadro, a força política que assumiu o controlo militar do país na altura — o MPLA — era considerado erroneamente como sendo “comunista”; por isso, era alvo de uma aberta conspiração urdida pelos EUA e a CIA (há livros de ex-agentes dessa polícia sobre o assunto), com o recurso a alguns dos seus satélites e aliados, como, precisamente, a República do Zaire e o apartheid sul-africano. Assim, o facto de um país como o Brasil, ainda governado por uma ditadura militar aliada dos Estados Unidos, reconhecer o governo do MPLA conferiu a este uma credibilidade e levou outros países da órbita ocidental a fazerem o mesmo.

R: As literaturas africanas tiveram um papel importante na construção de um imaginário comprometido com a libertação. Você identifica essa aposta também na literatura portuguesa?

J: Não. É claro que há obras marcadas, algumas deliberadamente, por esse compromisso, mas nada que se compare a um programa ou um movimento, como aconteceu, com as suas virtudes e defeitos, com as literaturas africanas.

R: Penso que para os leitores brasileiros seria produtivo que você desenvolvesse um pouco mais essa sua visão sobre as literaturas africanas.

J: Que as modernas literaturas africanas em língua portuguesa, nascidas em meados do século passado, possuem uma relação umbilical e estrutural com as lutas dos respetivos povos pela independência está hoje suficientemente estudado, inclusive na academia brasileira. Influenciadas pela negritude, o realismo social português, o modernismo brasileiro e, last but not the least, pelo marxismo, procuraram unir intrinsecamente nacionalismo político e nacionalismo literário, o que certos críticos, por preguiça, gostam de rotular como “literatura militante”. A verdade é que os melhores autores africanos sempre procuraram unir a necessária “revolução” política com a

imprescindível, tratando-se de literatura, “revolução” estética. É claro que há muitos casos de má literatura política, mas o mesmo acontece, só para dar esses dois exemplos, com a literatura amorosa ou a literatura experimental. Uma nota final: em 1948, era absolutamente imprescindível relacionar literatura e nacionalismo (não só político, mas também cultural, antropológico e até “físico” ou geográfico), mas atualmente, e pela parte que me cabe, já não considero que isso seja imprescindível.

R: Em Vinte e zinco, do Mia Couto, a personagem Jessumina comenta: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros, pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir.” Essa observação seria válida também para Angola?

J: Não “seria”. É. Pior ainda: a degradação e a miséria também já chegaram aos bairros de cimento.

R: A marginalização de grandes setores da população afrodescendente em Portugal e a manutenção de práticas racistas no funcionamento da sociedade portuguesa são indícios do não cumprimento dos sonhos de Abril?

J: Respondendo com sinceridade, não sei se o enfrentamento desse problema era um dos “sonhos de Abril”, pelo menos explícito. Podemos considerar, obviamente, que isso estava implícito no programa “maior” do 25 de Abril, mas o facto de não ter sido transformado num dos temas do programa de abril, como o foram outros, contribuiu para a sua permanência enrustida no interior da sociedade portuguesa, apenas esperando condições para ressurgir. O resultado está aí.

R: O avanço da direita em Portugal pode ser visto como uma manifestação da nostalgia colonial que permanece viva em tantos setores daquela sociedade?

J: Não tenho dúvidas. Há outros fatores — muitos! —, mas esse é um deles.

R: Você poderia dar alguns exemplos desse fenómeno da nostalgia colonial? Na sua opinião ela se faz mais presente no cotidiano ou no funcionamento das instituições?

J: Em todo o lado. Desde logo, na atitude geral da maioria dos portugueses (há exceções, claro!) quando se relacionam com os africanos, a qual vai do preconceito, do *complexo* de superioridade e do rancor à condescendência e ao paternalismo. Não me refiro unicamente, por exemplo, às relações com os países e povos africanos, em especial as antigas colónias portuguesas. A falta de visibilidade e a escassa representatividade institucional dos portugueses negros e de ascendência africana são

confrangedoras.

R: Você regressa a Angola logo após o 25 de Abril e inicia sua carreira de jornalista. A escrita literária foi logo um polo de atração? Você já tinha sido seduzido por ela quando estava em Portugal?

J: Eu já escrevia antes de ir para Coimbra estudar, em 1973. Na verdade, escrevi o meu primeiro texto em 1970, com 15 anos de idade. Em 1973, tinha eu 17 anos, alguns poemas meus saíram numa revista publicada em Luanda, a “Semana Ilustrada”. Felizmente, dessa época, não sobrou quase nada. Por outro lado, também não tive pressa de ser publicado em livro. O meu primeiro livro saiu quando eu já tinha um pouco mais de 30 anos. Na altura, ainda não tínhamos sido contaminados pelo vírus da velocidade.

R: Muitos críticos têm observado que, sobretudo em seus contos, ergue-se um olhar muito agudo sobre a realidade urbana e Luanda parece ser o objeto mais cultivado, inserindo-se em uma tradição da literatura angolana. Nessa ligação com a cidade os escritores tiveram um grande peso ou ela decorre especialmente da sua empolgada experiência de “caluanda”?

J: “Empolgada”? Ela é *absolutamente* natural... Bem, declaro-me culpado: sou, sim, tributário dessa vertente, até agora dominante da literatura angolana, embora considere necessárias outras geografias, histórias e mesmo cosmovisões... Mas estou tranquilo: elas vão surgir, já estão a surgir...

R: No volume intitulado O dia em que Chares Bossangwa chegou à América, publicado em 2020, o belíssimo conto que dá título ao livro aborda o grave problema da imigração. Penso que é a primeira vez que o tema é tratado de maneira enfática. O fato de estar vivendo fora de Angola o deixou mais atento a essa questão?

J: Absolutamente, não. Aliás, esse conto foi escrito antes de 2020, ainda eu vivia regularmente em Angola (hoje divido o meu tempo entre vários lugares do mundo). Uma nota para os leitores brasileiros: esse livro foi publicado no Brasil este ano (2024) pela editora Faria e Silva com outro título: “O Perigo Amarelo”. Mas o conto a que se refere não faz parte do volume...

R: Você em várias ocasiões tem reiterado que “o humor é uma espécie de cosmovisão, uma maneira de ver e, sobretudo, de poder enfrentar as misérias do mundo”. Em seus contos e no romance, o leitor pode perceber essa presença na construção do narrador.

Na poesia, entretanto, há uma distância desse elemento. Em uma entrevista concedida à revista Diadorim, em 2010, por exemplo, você afirma que “O poeta deve ser um artesão e, quando escreve, devem doer-lhe não apenas o espírito e a alma, mas as mãos”. Essa diferença está ligada à concepção do poema como resultado de uma artesanaria doída?

J: Talvez. Antes de mais nada, a poesia é um gênero iminente e rigorosamente individual, no sentido de que o texto reflete sempre o que o poeta vê (e como o vê), pensa, deseja ou aspira. Portanto, mesmo quando há várias vozes, é a voz única do poeta que as expressa. Em segundo lugar, e embora eu seja tributário de uma visão poética que relaciona o gênero com a nossa experiência humana, em todos os sentidos (incluindo, desde logo, a experiência política e social), procuro prestar uma grande atenção à forma, à linguagem, isto é, à construção do poema; um aspecto crucial, para mim, é o ritmo.

R: Recentemente você publicou o romance Será este livro um romance? Como você avalia essa experiência de escrita?

J: Os editores agora só querem romances... Eu ironizo essa exigência no romance a que se refere e que — confesso — me deu um gozo particular escrever... A verdade é que eu apenas escrevi um romance, até agora, por absoluta falta de tempo. Como me disse um escritor tunisino, para escrever romances é preciso ter nádegas resistentes, pois isso implica passar meses sentado à secretária... Mas posso dizer que, como agora estou dedicado exclusivamente à escrita, penso escrever outros romances...